

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**JUVENTUDE, A EDUCACAO SUPERIOR E NOVAS PERSPECTIVAS: O CASO DOS  
ESTUDANTES SANTOMENSES NO BRASIL**

**PORTO ALEGRE**

**2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**JUVENTUDE, A EDUCACAO SUPERIOR E NOVAS PERSPECTIVAS: O CASO DOS  
ESTUDANTES SANTOMENSES NO BRASIL**

**MAYKER RAMOS BARRETO**

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado sob orientação do Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Fernando Cotanda para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE**

**2009**

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

## **AGRADECIMENTOS**

Entendo que este trabalho representa o fechamento da trajetória que venho percorrendo ao longo dos últimos quatro anos nessa fantástica Universidade que me acolheu e me fez ver o mundo com outros olhares.

A minha mãe, pela vida que me deu e pela coragem que teve em acreditar que poderia um dia alcançar este sonho, e de me fazer acreditar que a vida sempre vale à pena quando lutamos.

Ao meu orientador, agradeço a oportunidade de ser auxiliado nestes momentos finais por uma pessoa que se tornou, desde os primeiros contatos, uma grande referencia no que se refere á competência profissional e ao comprometimento com a Sociologia.

Aos jovens que se dispuseram a contribuir para o desfecho deste trabalho, agradeço por me terem reservado um tempo e me oferecido os seus relatos.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Mapa da República Democrática de São Tomé e Príncipe. ....	22
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Frequência dos Estudantes por Área de Conhecimento. ....	35
Tabela 2. Escolaridade de Pai e Mãe dos estudantes entrevistados.....	37
Tabela 3. Renda Familiar dos jovens estudantes em dólares .....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição dos estudantes por ano de ingresso.....	34
Gráfico 2. Frequência do curso dos estudantes. ....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPLP	=Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
IDF	=Instituto Diocesano de Formação João Paulo II
IES	=Instituição de Ensino Superior
INESTP	=Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe
ISP	=Instituto Superior Politécnico
MEC	=Ministério da Educação
MPF	=Ministério de Planeamento e Finanças
MRE	=Ministério das Relações Exteriores
OMS	=Organização Mundial de Saúde
PEC-G	=Programa Estudante Convenio de Graduação
PNUD	=Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDSTP	=República Democrática de São Tomé e Príncipe
SESu	=Secretaria de Educação Superior
STP	=São Tomé e Príncipe
ULSTP	=Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. JUVENTUDE .....</b>	<b>15</b>
1.1. Marco conceitual.....	15
<b>1.1.1. Juventude como faixa etária .....</b>	<b>16</b>
<b>1.1.2. Juventude e educação.....</b>	<b>19</b>
<b>2. INTRODUÇÃO A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE .....</b>	<b>21</b>
2.1. Contexto histórico-social .....	21
2.2. Contexto econômico .....	24
2.3. O sistema educacional e a juventude em STP: breve Caracterização.....	26
<b>3. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL: SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E BRASIL .....</b>	<b>30</b>
3.1. O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) .....	32
<b>4. ESTUDANTES DE STP NO BRASIL: MOTIVAÇÕES PARA O ESTUDO NO EXTERIOR E AS AÇÕES QUE PRETENDEM IMPLEMENTAR .....</b>	<b>34</b>
4.1. Aspectos relevantes quanto à decisão de emigrar .....	38
4.2. Percepções sobre São Tomé e Príncipe .....	41
4.3. Perspectiva para o futuro e ações a serem implementadas em STP. ....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>54</b>

## **RESUMO**

O presente trabalho foi realizado com a intenção de ampliar o entendimento sobre as razões que levam parte dos estudantes da República Democrática de São Tomé e Príncipe a buscar formação educacional no exterior. Além disto, nos interessa conhecer as representações destes estudantes no concerne à aplicação dos conhecimentos profissionais por eles adquiridos. Para tanto, foi, no primeiro momento, aplicado um questionário de forma a conhecer o perfil desses jovens estudantes. No segundo momento, recorreu-se a aplicação das entrevistas semi-estruturadas a 36 jovens estudantes santomenses pertencentes ao acordo de cooperação educacional entre o Brasil e São Tomé e Príncipe. A partir dos resultados obtidos chegou-se a conclusão de que fraca oferta de formação em relação á grande procura, constitui um dos entraves, que contribui para que grande parte dos jovens santomenses, após o termino do ensino secundário, aguarde por muito tempo uma bolsa de estudos, de forma a dar continuidade aos seus estudos no exterior. A instabilidade política do país, por sua vez, tem dificultado o andamento das políticas, o que também tem constituído um dos mecanismos desse processo migratório dos jovens. Por outro lado, constatou-se também que a maioria desses jovens tem a pretensão de voltar a São Tomé e Príncipe após o término das suas respectivas formações e contribuir para o desenvolvimento.

Palavras chave: Juventude, Educação, São Tomé e Príncipe, Cooperação Educacional

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com a intenção de ampliar o entendimento sobre as razões que levam parte dos estudantes da República Democrática de São Tomé e Príncipe a buscar formação educacional no exterior. Além disto, nos interessa conhecer as representações destes estudantes no concerne à aplicação dos conhecimentos profissionais por eles adquiridos.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é o segundo menor estado africano depois das Seychelles, e o menor, ao nível territorial, da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), situado no Golfo da Guiné e constituído por duas ilhas principais – a ilha de São Tomé, com uma dimensão de 857 km<sup>2</sup> e a ilha do Príncipe, com 139 km<sup>2</sup>, além de vários ilhéus perfazendo uma superfície total de 1001 km<sup>2</sup>.

Com uma população predominantemente jovem, o país se caracteriza economicamente dependente do exterior. A economia da República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) encontra-se, fundamentalmente, assente no setor agrícola, que tem se mostrado incapaz de permitir o crescimento auto-sustentado do arquipélago.

Perante a crença de muitos autores, a educação permite melhores postos de trabalho e constitui o principal fator de motivação para os jovens continuarem nas escolas. Essas, por sua vez, dotam os jovens de um conjunto de informações, conhecimentos e de uma visão mais crítica e abrangente da realidade, podendo assim constituir uma ferramenta importante para ultrapassar muitas das limitações que se tem verificado nas estratégias de desenvolvimento. A partir disso, tem se constatado, por parte de sucessivos governos da República Democrática de São Tomé e Príncipe, a preocupação de elevar o nível de escolaridade dos jovens, através de diversas políticas.

Porém, a difícil situação econômica e social do país, a instabilidade política que resulta na interrupção continuada das ações, a ausência de políticas coerentes, a fraca dotação orçamental e o desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a procura de espaços de ensino constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento do sistema de educação em STP.

Assim, em resposta a falta de estrutura educacional e a fraca oferta de formação em relação à grande procura por parte dos jovens que terminam o ensino secundário, a solução tem sido os acordos de cooperação na área educacional com o objetivo de suprir essas lacunas impostas pela falta de organização por parte dos sucessivos governos.

Neste contexto, com o processo de globalização intensificaram-se as interações e interdependências entre as diversas regiões do mundo, e a cooperação educacional tem aumentado a consciência das diferenças quanto às oportunidades de sucesso econômico entre as regiões.

Trata-se de um instrumental estratégico de desenvolvimento econômico e social necessário para melhorar o nível de vida das populações em condições similares de desenvolvimento e, também um instrumento de política externa que permite reforçar os laços de amizade e de solidariedade entre os povos e governos.

Portanto, a migração de estudantes do nível superior, fruto dessas políticas de cooperação educacional entre Estados e nações, além de promover o intercâmbio e a “circulação de cérebros”, de ciência e tecnologia, geram redes importantes na sociedade de informação e do conhecimento, além de fortalecer relações bi ou multilaterais.

Diante do exposto, coloca-se o seguinte questionamento: *quais são os fatores que levam os jovens estudantes a buscar a formação no exterior, suas motivações e as ações que pretendem desenvolver ao retornar a República Democrática de São Tomé e Príncipe?*

A fim de abordar essa problemática, de dar-lhe contornos um pouco mais precisos e de tornar a questão mais concreta, a presente pesquisa teve como recorte empírico os jovens estudantes santomenses de graduação pertencente ao Programa Estudante-Convênio (PEC-G). A escolha desses estudantes baseia-se no fato de constituírem os sujeitos fruto do fato social acima descrito e também constituírem um grupo de fácil acesso.

A opção por este recorte justifica-se pelo fato de que a presente pesquisa poderá contribuir para uma reflexão das políticas direcionadas à formação dos jovens, como forma de facilitar a introdução das mudanças na sociedade, assim como um bem estar individual.

Neste contexto, o *objetivo geral* do trabalho será de *analisar as representações que os estudantes santomenses possuem acerca de sua condição de estudantes no exterior*. No entanto, para alcançar os objetivos gerais, foi necessário traçar os seguintes *objetivos específicos*:

- a) Quais os fatores internos que levam os jovens a emigrarem em busca de uma formação superior?
- b) Quais as motivações que estão na base da escolha do exterior para a prossecução dos seus estudos.
- c) Quais as ações pretendidas com o retorno ao país de origem?

Metodologicamente, optou-se pela conjugação de diferentes técnicas de recolha e tratamento de informações (ALBARELLO, 1995), procurando atender para as vantagens acrescidas resultantes do cruzamento de métodos quantitativos e qualitativos. Com o andamento do estudo e tendo presente as características da investigação, privilegiou-se as abordagens qualitativas, por serem consideradas as que melhor se adéquam ao estudo aqui desenvolvido.

Na fase inicial do trabalho, foi valorizada a análise intensiva de fontes escritas oficiais e não oficiais, de carácter bibliográfico e documental, com a finalidade de proceder a uma contínua revisão dos conceitos abordados. Concomitantemente a essa fase, foi utilizado o questionário, que teve a sua aplicabilidade direta com os estudantes mais próximos, e foi disponibilizado, por *e-mail* eletrónico, para os que se encontram em outros estados do Brasil. O questionário foi utilizado como forma de conhecimento do perfil dessa população.

Numa segunda fase com os questionários respondidos e necessidade de melhor aprofundamento das questões respondidas pelos estudantes, recorreu-se ao uso das entrevistas.

Como o universo dessa pesquisa abrange o seguimento juvenil, o jovem é o elemento da investigação. Assim, fazendo o uso da entrevista semi-estruturada foram entrevistados 36 jovens estudantes de ambos os sexos, na faixa etária de 25 a 27 anos, pertencente ao PEC-G.

O uso da entrevista como técnica justificou-se pelas vantagens que a mesma apresenta, desde a sua fase exploratória, até a pesquisa no terreno propriamente dita, segundo enfatiza (RUQUOY, 1997, p. 84)<sup>1</sup>. Na visão do mesmo, essa técnica permite o estabelecimento, entre o entrevistador e o entrevistado, de uma relação marcada pela informalidade, favorecendo a troca de informações, precisa e completa, já que o momento de entrevista é visto, por ambos, com menor constrangimento.

É importante salientar que em decorrência da falta de meios económicos para se dirigir até os estudantes em outros estados, optou-se pelo uso do Skype<sup>®2</sup> como meio de comunicação para guiar as entrevistas, ao passo que, com os que encontravam mais próximos, o contato foi direto.

---

<sup>1</sup> RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In ALBARELLO, L. et al. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997.

<sup>2</sup> Skype é um software que permite comunicação pela Internet através de conexões de voz sobre IP (VoIP).

No concernente a análise das entrevistas, foi realizada o uso da análise de conteúdo, a qual permite uma leitura e interpretação das respostas obtidas a partir do exame de descrições objetivas, sistemáticas e qualitativas das informações, possibilitando uma reestruturação e organização das mesmas, de forma que seja possível interpretá-las, aprofundando a compreensão de seus significados.

Bardin (1979)<sup>3</sup> define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de informações através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, e indicadores que permitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Segundo a autora, a análise de conteúdo é composta das seguintes fases:

- 1) Pré-análise: fase de organização na qual se escolhe os documentos, formula-se as hipóteses e prepara-se o material para análise.
- 2) Exploração do material: fase em que se realizam as tarefas de codificação.
- 3) Tratamento dos dados, inferência e interpretação: fase que objetiva tornar os dados válidos e significativos.

Ressalta-se que se trata de um estudo de caso de um determinado grupo de jovens estudantes santomenses em determinadas instituições de ensino superior do Brasil e que, nesse sentido, os dados obtidos com os respondentes terão única e exclusivamente a dimensão desse universo e desses elementos, e não poderá ser expandido, generalizado ou aplicado à população total de jovens estudantes santomenses no Brasil.

Feitos esses esclarecimentos, será dada a continuidade da pesquisa.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, o primeiro deles é dedicado às discussões teóricas acerca da juventude visando dotá-la de maior precisão conceitual e analítica. Buscou-se também a caracterização entre a juventude e a educação. O segundo capítulo trata da localização geográfica dos jovens ao qual o estudo se debruça. Assim partiu-se de uma pequena introdução a São Tomé e Príncipe e o seu contexto histórico-social e econômico e, por conseguinte, uma breve caracterização do sistema educacional e da juventude local.

No terceiro capítulo, a análise se debruça sobre a questão da cooperação educacional entre STP e o Brasil, com ênfase dada ao PEC-G. No último, centrou-se a análise sobre as entrevistas, procurando avaliar as motivações e ações dos jovens estudantes santomenses no Brasil.

---

<sup>3</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. Setenta. 1979.

## 1. JUVENTUDE

### 1.1. Marco conceitual

A juventude é uma categoria social dotada de sentido com o advento da modernidade, percebida pelas correntes sociais, culturais e históricas. Assim, ao olhar-se para a modernidade, percebe-se que ela constrói faixas etárias que não são apenas limites etários naturais, mas também representações simbólicas e situações sociais. Isso ocorre por que a sociedade moderna não é constituída apenas por estruturas de classe, mas também por faixas etárias e pela cronologização do curso da vida, que também influenciaram na criação das instituições modernas como a escola e o Estado.

As faixas etárias reconhecidas e as categorias sociais que delas se originaram, sofreram , alterações e supressões na modernidade. O período definido como de transição e ingresso na maturidade se materializou em três termos mais contundentes: juventude, adolescência e puberdade (GROPPO, 2000) <sup>4</sup>.

As ciências médicas criaram a concepção da puberdade, referente á fase de transformações do corpo do indivíduo. A psicologia, a psicanálise e a pedagogia criaram a concepção da adolescência, relativo às mudanças na personalidade e no comportamento do indivíduo. Para a sociologia, a concepção de juventude esta ligada ao período de interstício entre as funções da infância e as funções do homem adulto.

Numa segunda análise sobre a produção sociológica estudada, observa-se que o conceito de juventude vem se afirmando como uma categoria social. Assim, descarta-se a possibilidade de definir a juventude somente como uma faixa etária específica, "classe de idade", ou ainda uma classe social. Portanto, ao optar-se pela idéia da juventude como uma categoria social existem dois eixos que norteiam a análise.

O primeiro eixo aponta para a idéia de que o conceito de juventude é uma representação sócio-cultural, e o segundo, que o mesmo conceito se configura como uma situação social. Em diálogo com o Groppo (2000), percebe-se, da parte do autor, certa relação com o segundo eixo, o qual norteia a compreensão da juventude como uma categoria social.

---

<sup>4</sup> GROPPPO, Luís Antonio. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

Para o autor, “a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos”. (GROPPO, 2000, p.8).

Por sua vez, Rezende apud Groppo (2000), sugere o uso sociológico no plural do termo juventude, para que se possa dar conta da diversidade na vivência desta fase de transição à maturidade, ou de socialização secundária, denominada "juventude". Percebe-se essas características quando a mesma afirma:

Esta concepção alerta-nos sobre a existência na realidade dos grupos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sócio-cultural - classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar á sua maneira o que é “ser jovem”, constratando-se não apenas em relação ás crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes<sup>5</sup> (GROPPO, 2000, p.15).

### **1.1.1. Juventude como faixa etária**

A juventude, como noção, está intimamente ligada a um critério de medição cronológica de existência individual, permitindo o estabelecimento de diferentes faixas etárias (WEISHEIMER, 2009)<sup>6</sup>. Assim, segundo o autor, os indicadores demográficos servem de padrões estabelecidos pelos organismos internacionais para definir os limites de quem é ou não considerado jovem.

Esse período de tempo, que na vida pessoal se inicia com o fim da puberdade e se estende até o início da maturidade, expresso em anos, tem limites máximo e mínimo variáveis em cada momento histórico.

De maneira geral, tem-se em mente a população entre 14 e 24 anos, mas é preciso fazer distinção entre os adolescentes, os jovens e os adultos. Do ponto de vista sociológico, há razões válidas para se fazer subdivisões na juventude, e pode-se chegar a isso de diversas maneiras. O período da adolescência, com todas as transformações fisiológicas nos

---

<sup>5</sup> REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. O que é ser jovem?, *Revista Tempo e Presença*. CEDI, 1989, n. 240, pp.4-5.

<sup>6</sup> WEISHEIMER, Nilson. *A Situação Juvenil na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese de Doutorado.



indivíduos, termina praticamente na idade dos 18 anos, e até muito antes em certos grupos sociais ou étnicos e em determinadas partes do mundo (ROSEN MAYR, 1968, p.134)<sup>7</sup>.

Os primeiros sinais biológicos da puberdade nas sociedades industrializadas do século XX foram objetos de estudos sistemáticos, a partir da idade de 10 anos. Para o sexo feminino, a primeira menstruação oferece um dado fisiológico objetivo, como mostram recentes estatísticas de que esse fenômeno, na Europa e na América do Norte, ocorre abaixo dos 14 anos.<sup>8</sup>

Pode-se classificar como adolescência o período entre 14 e 18 anos. A legislação de inúmeros países dá grande importância a essa idade de 18 anos. É ao mesmo tempo, a causa e o resultado de divisões sociais. É natural que no grupo etário dos 14 aos 18 anos seja possível encontrar grandes diferenças na estatura e nas manifestações físicas. Particularidade a qual, entre o grupo etário dos 18 a 24 anos, apresenta menos diversidade.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico que abrange as etapas da pré-adolescência (10-14 anos) e a adolescência (15-19 anos); a juventude teria início nessa faixa etária como uma categoria essencialmente sociológica e "indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos" (WAISELFISZ, 2002, p.18)<sup>9</sup>. Segundo o autor, alguns países como o Japão, classificam como jovens os indivíduos com idades até 35 anos. Por sua vez, nas pesquisas do IFOP, em 1957, sobre preocupações políticas da juventude francesa, e em 1959, que escolheu a amostra para a pesquisa da vida católica da mesma juventude, foi utilizado o intervalo entre 18 a 30 anos de idade<sup>10</sup>.

Com efeito, sendo uma categoria sociológica, a juventude começa por ser socialmente manipulada e manipulável e, como diz Bourdieu (1983)<sup>11</sup>, o fato de se falar dos jovens como uma unidade social, um grupo dotado de interesses comuns, e o fato de esses interesses referirem-se a uma faixa de idades, constitui, já de si, uma evidente manipulação. Na verdade,

---

<sup>7</sup> ROSEN MAYR, Léopold. A Situação socioeconômica da Juventude hoje. In: BRITTO Sulamita de. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp.133-76.

<sup>8</sup> Schwenk, A. Fragen zur Entwicklungsakzeleration in städtischen und ländlichen Siedlungen. In: F. Wurst (ed.), *Das Landkind heute und morgen*, Viena, 1963, p.69.

<sup>9</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência III*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

<sup>10</sup> SILVA, Benedicto. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p.1422.

<sup>11</sup> BOURDIEU, P. A "juventude" é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como parte de uma cultura juvenil unitária.

Segundo o autor, há certa especificidade distintiva entre o jovem e o adulto, embasada em dois fatores:

(1º) “Somos sempre jovem ou velho de alguém” (op. cit. p.113). Dependendo da seleção etária em que se encontra a outra pessoa da relação comparativa, a categorização de ser jovem ou ser um velho pode ser atribuída a uma mesma pessoa. Assim, pode-se ser jovem quando se compara a relação com outra pessoa, ou vice-versa.

(2º) “Juventude e velhice não são dados, mas construídos socialmente” (op. cit. p.113). O fator idade, definido pela questão biológica, pode ser facilmente manipulado pela questão social.

Bourdieu (1983) evidencia a importância das questões do presente com o objetivo de construir o futuro. Saliencia o autor: “(...) os jovens se definem como tendo futuro, como definindo o futuro” (p.119). Aos jovens, é atribuída a grande tarefa de ser responsável por ações conscientes do presente em virtude de um desenvolvimento satisfatório na qualidade de vida do futuro.

Assim, perante todas essas pluralidades presentes e convergentes em todos os estudos, todos os sujeitos estão dentro de uma faixa que caracteriza um jovem. A imagem que se cristalizou na sociedade atual sobre a juventude traz uma forte característica de metamorfose, de aglutinação, de inconstância, de incerteza e de desvinculação, enquanto representação de uma categoria fragilizada e vulnerável.

Neste trabalho a juventude é retratada como uma categoria social e histórica exposta a determinados processos socioeconômicos, políticos e culturais que interferem no seu dia-a-dia. Assim, um dos principais processos que tem interferido no cotidiano dos jovens é o processo da educação.

### 1.1.2. Juventude e educação

A educação é um direito humano e é também uma pré-condição essencial para o desenvolvimento, para a redução da pobreza, para o progresso social e cultural, e para a promoção dos valores democráticos.

Na sociedade contemporânea, a educação, além de ser um direito fundamental consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a que todo o ser pode aspirar legitimamente para a sua realização pessoal, é também um dos grandes elementos para a mudança social, como acima citado.

Desse modo, estar informado constitui um dos requisitos fundamentais à participação, na medida em que, o indivíduo que não está informado não consegue, de modo algum, dar opiniões ou apresentar propostas relevantes sobre certos assuntos nos quais a falta de informação inibe a participação.

Na década de 60, Theodore Schultz (1961)<sup>12</sup> reconhece o valor altamente instrumental da educação formal no aumento da capacidade produtiva da população. Para ele, a educação [dos jovens] representa um investimento importante para o aumento da produtividade e para o desenvolvimento econômico da sociedade.

Por sua vez, Canário citando Névoa (1988), salienta que "a formação é sempre um processo de transformação individual, na tripla dimensão do saber (conhecimentos), do saber fazer (capacidades) e do saber ser (atitudes)" (CANÁRIO, 2000, p.21)<sup>13</sup>. Assim, os indivíduos habilitados são mais capazes de desenvolver múltiplas ações para influenciar a formulação, a execução, a fiscalização e a avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos numa sociedade.

Por outro lado, a educação permite, ao mesmo tempo, que os indivíduos reflitam criticamente sobre a realidade, e adquiriram competências que os capacitam a identificar os seus problemas e a criar soluções para os mesmos, possibilitando às pessoas o alcance a sua própria autonomia. De modo geral, a educação possibilita ao indivíduo, o saber, o fazer, o saber estar e o saber ser.

---

<sup>12</sup> SCHULTZ, Theodore(1971). *Investment in Human Capital. The Role of Education and of Research*. The Free Press, A Division of The Macmillan Company, 1971

<sup>13</sup> CANÁRIO, Rui. *Educação de Adultos – um campo e uma problemática*, Lisboa, Enefa, 2000.

Assim, a educação com a qualidade dotar jovens de um conjunto de informações, de conhecimentos e de uma visão mais crítica e abrangente da realidade, pode, assim, constituir uma ferramenta importante para ultrapassar muitas das limitações que se tem verificado nas estratégias de desenvolvimento.

Neste contexto, os governos dos diversos países têm demonstrado essa preocupação com a formação dos jovens no sentido de dotá-los de capacidades para fazerem face às mudanças e competitividade do mundo atual; por isso, têm apostado em formar profissionais preparados para atender à procura do mercado e dos seus públicos de maneira criativa, rápida e eficiente.

Sem aprofundar muito esse assunto, é importante enfatizar que, com o processo de globalização, a preocupação com a educação dos jovens tem sido cada vez mais uma realidade em muitos países do mundo.

Feitas essas considerações acerca da juventude, associando-a, um pouco, com a questão da educação, busca-se, no próximo capítulo, apresentar o espaço geográfico do qual faz parte o objeto de estudo e, com isso, tentar entender as razões as quais estão na base da construção do problema da pesquisa.

## 2. INTRODUÇÃO A SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é o segundo menor estado africano a seguir as Seychelles, e o menor ao nível da CPLP<sup>14</sup> em dimensão territorial, situado no Golfo da Guiné, constituído por duas ilhas principais – a ilha de São Tomé, com uma dimensão de 857 km<sup>2</sup>, e a ilha do Príncipe, com 139 km<sup>2</sup>, e vários ilhéus perfazendo uma superfície total de 1001 km<sup>2</sup>.

A ilha de São Tomé apresenta, aproximadamente, a forma de uma elipse, com um comprimento de 47 km no sentido N/S e uma largura de 27 km. Encontra-se a uma distância de cerca de 250 km para oeste do continente africano (São Tomé – Gabão) e 400 km para norte (Príncipe – Nigéria), sendo conhecida por *ilhas do meio do mundo*. Tendo como capital a cidade de São Tomé, essa ilha, tal como todo o arquipélago, é de origem vulcânica. A ilha é muito acentuada, com picos elevados, onde se situa o pico de São Tomé como sendo o de maior altura, com 2024 metros de altitude, além de muitos outros. Hidrograficamente, a ilha apresenta inúmeros rios que descem dos picos até o oceano, formando cascatas e lagoas, e tendo, alguns, um regime torrencial resultante do clima e da orografia. Também de origem vulcânica, a ilha do Príncipe situa-se a 150 km a nordeste de São Tomé, e tem apenas 15 km de comprimento por 10 km de largura. Como o relevo é menos acentuado do que na ilha de São Tomé, observam-se picos mais elevados a sul do que a norte, sendo o pico do Príncipe, com 1000 metros de altitude, o mais alto.

### 2.1. Contexto histórico-social

O Arquipélago de São Tomé e Príncipe tem uma historia exclusiva, ponto de distinção que permite abordar a tipificação própria de cada país. A história escrita tem mais de quinhentos anos, a história político-cultural e autóctone tem pouco mais de duzentos (ALEGRE, 2004, p.13)<sup>15</sup>.

Independente em 12 de julho de 1975, o arquipélago é administrado por sete distritos, entre os quais destacam: Água Grande, Cantagalo, Cauê, Lembá, Lobata e Mé-Zochi. A ilha

---

<sup>14</sup> Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

<sup>15</sup> ALEGRE, F. C. *Santomensidade*. São Tomé e Príncipe. UNEAS, 2005. Coleção Ossobó.



abortada sem qualquer perda de vidas humanas. A democracia política é intensamente praticada em São Tomé e Príncipe, cujo parlamento conta com cinco partidos representados.

A sociedade *santomense* encontra-se num processo de construção recente e busca sua autonomia econômica, política e social, tanto em nível interno como externo. O processo de descolonização que culminou com a globalização foi um momento de emancipação, que impediu a produção endógena dessa nação. Embora geográfica e politicamente parte do continente africano, a insularidade e história do pequeno Estado produziram muitas características que lhe dão um diferencial do continente africano.

A nação *santomense* é, por excelência, uma nação emergente, não moderna, inserida na época universal e afrocentricamente contemporânea (ALEGRE F.C. 2005, p.25)<sup>16</sup>. Segundo Alegre (2005), o povo de São Tomé e Príncipe, diferentemente do que se pode pensar, é composto por todos os agrupamentos étnicos que estiveram e estão na base do cimento social santomense, o qual tem base remota em degredados, escravos, portugueses nobres e angolares. Nessa mesma linha de raciocínio, o autor argumenta que o que define a sociedade santomense e a sua identidade, são a cumplicidade e a construção da pátria por parte de cada santomense.

Segundo o autor,

Santomensidade é mesmo assim, a conjunção e a súpula de diferentes sensibilidades, diferentes idéias, face a um objetivo aglutinador numa sociedade que anda á procura duma convergência digna, que a leve a construir identidade própria (ALEGRE. F.C.2005, p.11)

Em São Tomé e Príncipe a estratificação social foi também resultado da posição que um grupo social, os forros, foram assumindo na sociedade, considerando-se classe superior entre o povo santomense em consequência da recusa do trabalho agrícola, atividade associada ao trabalho escravo. Atualmente, o arquipélago experimenta uma dura tensão entre essa identidade apoiada num padrão histórico de longa duração e a nova identidade induzida a partir de padrões que questionam essa versão tradicional. E é esta dicotomia entre as duas versões de identidade, mas em que a primeira ainda tem alguma supremacia, que caracteriza a sociedade santomense.

---

<sup>16</sup> ALEGRE, F. C. *Santomensidade*. São Tomé e Príncipe: UNEAS, 2005. Coleção Ossobó.

## 2.2. Contexto econômico

Economicamente, o arquipélago começou adotando um modelo socialista após a independência, em 1975. O Estado controlava e geria a maior parte da economia, incluindo, em particular, as roças abandonadas pelos portugueses. Atualmente a monocultura do cacau (90% das exportações) constitui a maior fonte de subsistência econômica do arquipélago. O turismo e outros serviços têm uma pequena fatia do PIB. A exploração petrolífera é uma fonte em perspectiva. Porém, a fonte de subsistência da população é a plantação e a pesca local. Associado a isso, São Tomé e Príncipe vive também de um pequeno número de exportação de produtos agrícolas locais como: banana, matabala, azeite de palma, coco seco; e da pesca, que gera um total de seis milhões de dólares. A importação é a atividade que sustenta o arquipélago, aproximando-se de 30 milhões de dólares, o que faz com que São Tomé e Príncipe tenha uma dívida externa muito grande.

A agricultura seria uma fonte de riqueza e melhoria de vida da população local, caso São Tomé e Príncipe dedicasse-se à produção interna. Enquanto isso não acontece, a mão-de-obra se transforma em desemprego para os camponeses e moradores das empresas agrícolas, uma vez que as últimas são privatizadas.

A pobreza representa um fenômeno de difícil explicação, uma vez que a natureza ainda é abençoada nas *ilhas do meio do mundo*. De acordo com as estimativas, a população atual da ilha é de aproximadamente 160.000 habitantes, constituída por diferentes grupos de feição étnica, lingüística, e cultural frutos de um longo processo de miscigenação iniciado desde o primeiro povoamento e continuado ao longo de séculos, tanto entre europeus e africanos, como de africanos provenientes das mais diversas paragens. Isso deu origem a uma sociedade essencialmente crioula, como atestam os principais traços da sua identidade, com particular destaque para os três crioulos falados no arquipélago, todos de base portuguesa.

O setor informal da economia santomense tem sido alvo de expansão e de incremento (PNUD, 1998b, p.39)<sup>17</sup>, dadas as dificuldades estruturais internas para solucionar o desemprego crescente, a falta de organização e de modernização do meio empresarial, bem como a incapacidade estatal de apresentar soluções microeconômicas viáveis. A

---

<sup>17</sup> PNUD. *Rapport Du Développement Human*, São Tomé e Príncipe. Egia: 1998b.



informalidade passou a ser a tônica dominante da economia, principalmente no que concerne às redes de abastecimento do mercado interno de bens de consumo e aos aspetos de venda.

Ao nível internacional, a economia tem se manifestado marcadamente deficitária (MPF, 1998, p. 56)<sup>18</sup>, com uma balança comercial negativa pela excessiva dependência das importações.

---

<sup>18</sup> MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS. *São Tomé e Príncipe, uma retrospectiva. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo*, Projecto STP/95/004, 1998.

### 2.3. O sistema educacional e a juventude em STP: breve Caracterização

O colonialismo, pela sua própria natureza, e talvez como forma de melhor perpetuar a sua dominação, não se interessou, ao longo de séculos, em promover o conhecimento no seio das populações africanas, nem em combater a ignorância e o obscurantismo. Não havia condições para estudos pós-secundários no território nem para qualquer formação média ou superior, fosse qual fosse o domínio de formação.

O fato de o país ter vivido grande parte da sua história como colônia de Portugal fez com que não se equacionasse a questão de criação de ensino superior num espaço voltado essencialmente para o fornecimento da mão-de-obra para as plantações de cacau e café. Além disso, deve salientar-se que, como parte integrante de Portugal, os “filhos da terra” (poucos) que terminassem o ensino secundário e desejassem prosseguir os estudos, tinham como o destino certo a Metrópole ou qualquer outra colônia de Portugal que propiciasse as condições de estudos ou formação média ou superior.

À semelhança do que se passou com outros domínios de atividade, após a independência nacional, o Estado assumiu a educação e o ensino como domínios de sua competência exclusiva. Inicialmente, as políticas de educação visaram, sobretudo, a alfabetização em massa, mas, paulatinamente, passaram a preconizar o aproveitamento da massa jovem da população para a prossecução das estratégias traçadas com vistas ao desenvolvimento.

No entanto, o sistema de educação de STP tem enfrentado vários constrangimentos e dificuldades, mostrando-se incapaz de enfrentar os principais desafios apresentados ao país. Porém, ainda assim, todos os níveis de ensino que compõem o sistema de educação de STP debatem com um conjunto de limitações e constrangimentos que resultam da combinação de fatores sociais e econômicos.

Segundo Cardoso (2004), a falta de uma política concertada de desenvolvimento, a escassa importância dada aos setores sociais, e a desarticulação entre os vários projetos de ajuda não permitiram maior desempenho da educação. Segundo a autora, apesar da descoberta do petróleo e sua exploração, e da dinamização da atividade turística, apontadas como estratégias de desenvolvimento, não foram impostas novas dinâmicas em termos da educação e formação, de forma a tornar os santomenses os grandes beneficiários do desenvolvimento.

Por sua vez, Martelo (2005) diz que o sistema educativo são-tomense, no período que após a independência, registrou um aumento significativo, resultado da obtenção de resultados

bastante positivos devido à vulgarização do ensino. No entanto, a partir dos meados da década de 80, a crise econômica e financeira que afetou o país impôs reduções e cortes drásticos no orçamento destinado à educação, o que teve repercussões muito significativas em todo o sistema de ensino, acabando por comprometer todos os esforços até então realizados.

Não obstante o setor de educação constituir uma das grandes preocupações dos sucessivos governos, mediante a criação e implementação de reformas educativas, essas reformas não têm atingido os objetivos propostos, não se verificando melhorias significativas no setor.

Mesmo após a publicação, em 2003, da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n° 2/2003), o sistema de educação de STP tem se mostrado incapaz de oferecer um ensino abrangente e de qualidade.

Por outro lado, o abandono escolar é evidente. De classe para classe o número de alunos diminui consideravelmente. A situação é mais grave quando se transita de um nível para outro. Os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de STP (INESTP) mostram que, no ano letivo 2006/2007, 22.800(47,8%) dos alunos do sistema de ensino de STP estavam inscritos na 1ª até a 4ª classe<sup>19</sup>, 8.600 (18,4%) na 5ª e 6ª classe, 7.515 (15,8%) entre as 7ª e 9ª classe, 1.383 (2,9%) nas 10ª e 11ª classe, 100 (0,2%) no ensino politécnico e 545 (1,1%) no ensino superior.

O valor tão elevado de crianças e jovens em idade escolar constitui um problema ao nível da educação já que, como os investimentos não têm sido suficientes, esse setor apresenta inúmeras deficiências e limitações. Os dados relativos a 2006 revelam que 53% da população de STP tem menos de 20 anos, ou seja, mais de metade da população encontra-se em idade escolar (INESTP, 2006)<sup>20</sup>. É importante salientar que, segundo o INESTP, os alunos matriculados nos estabelecimentos do país no ano letivo 2006/2007 constituem 31% do total da população (INESTP, 2006). Dadas as características demográficas acima, esses dados revelam também a existência de um número considerável de jovens fora do sistema de ensino.

No que se refere às instalações e infra-estruturas de ensino em STP, as carências são maiores, sobretudo nos níveis de ensino mais elevados. Assim, a 10ª e 11ª classes na ilha de São Tomé estão disponíveis apenas num estabelecimento de ensino, o Liceu Nacional. Só

---

<sup>19</sup> O termo classe aqui no texto corresponde ao termo série na linguagem brasileira.

<sup>20</sup> INESTP. *São Tomé e Príncipe em Números – 2006*. Direção de Estatísticas, República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2006.

muito recentemente foi também implementado na ilha do Príncipe, como resultado de cooperação entre STP e Cabo Verde.

Quanto ao Liceu Nacional, trata-se de uma instituição escolar pública superlotada, com turmas compostas por dezenas de alunos, com grande carência de quadro docente e de materiais didáticos que não contemplam a adoção de manuais escolares em nenhum dos níveis lecionados.

O país contempla ainda outro estabelecimento de ensino secundário, mas de caráter privado. Trata-se do Instituto Diocesano de Formação João Paulo II (IDF), que tem caráter de Escola Portuguesa de Currículo Completo Fora do Território Nacional, criado em 1989, pela Diocese de STP. O mesmo oferece um ensino de qualidade, incluindo a 12<sup>a</sup> classe, mas é bastante restrito em termos de acesso, tanto no que se refere ao número de vagas disponíveis anualmente, quanto em termos de valor das propinas, impossível para a grande maioria da população.

O ensino superior formal é uma realidade bastante recente em STP comparado com outras paragens, no seio da CPLP, na qual ele tem décadas ou conhece uma existência multissecular. Existem atualmente 3 instituições de ensino superior no país a saber:

- O Instituto Superior Politécnico de S. Tomé e Príncipe – ISPSTP;
- O Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática – IUCAI;
- A Universidade Lusíada de S. Tomé e Príncipe – ULSTP.

Dessas 3 instituições, apenas duas são de renome no arquipélago. E, assim sendo, será feita uma breve descrição delas.

O ISP, a única instituição pública que oferece o ensino a este nível, nomeadamente o grau de bacharelado e licenciatura, com um ensino claramente direcionado à formação de docentes para o ensino secundário. O ensino superior, mas especificamente oferecido pelo ISP, tem-se caracterizado por uma limitação em termos de oferta de formação, sendo que as formações disponibilizadas são pouco adaptáveis às reais necessidades do país.

Esta instituição goza de uma fraca atração por parte dos jovens, reforçada pelo fato de se verificar uma diferença de tratamento entre os profissionais que terminaram a sua formação no ISP e os que vieram do exterior.

Por sua vez, o arquipélago conta ainda com uma e única universidade de caráter privado. Trata-se da ULSTP, reconhecida pelo Estado através do DL n° 22/2005, tendo as suas atividades letivas iniciadas em novembro de 2006.

De caráter privado, a ULSTP tem como entidade titular a Fundação Atena – Cultura, Ensino e Investigação, gozando esta “entidade instituidora da posição jurídica que a lei atribui e concede às pessoas coletivas de utilidade pública”<sup>21</sup>. Mantendo uma estreita parceria com a Universidade Lusíada de Lisboa, goza de autonomia científica, pedagógica e cultural.

Apesar da entrada em funcionamento destas instituições, a ausência de estratégias é uma característica real deste nível de ensino, pelo que, tanto o ISP como as demais instituições privadas de ensino superior não têm conseguido responder às pressões da crescente procura.

São Tomé e Príncipe é extremamente dependente da ajuda internacional e sendo assim, tal como nas outras áreas, o sistema de ensino está sujeito a boa vontade dos parceiros internacionais. As ajudas dos parceiros de cooperação na área de educação incidem, sobretudo, na ajuda financeira, concessão de bolsas de estudo para que os jovens possam frequentar cursos nas universidades dos países parceiros.

Sendo assim, e frente às características do ensino acima retratado, a nossa abordagem no próximo item recai sobre a análise da cooperação entre STP e os parceiros internacionais, com especial enfoque sobre a cooperação entre STP e o Brasil, na área da educação.

---

<sup>21</sup> Estatutos da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, art. 2º. In Diário da República nº 32 de 8 de Novembro de 2005.

### 3. COOPERAÇÃO EDUCACIONAL: SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E BRASIL

Uma das características do mundo contemporâneo está no papel central que o conhecimento desempenha no crescimento econômico. De acordo com essa perspectiva, "os países desenvolvidos têm estimulado o desenvolvimento da educação superior, a formação de especialistas em cursos de [graduação], pós-graduação e no sistema de investigação" (PELLEGRINO, 2002, p.5) <sup>22</sup>.

As políticas de cooperação, principalmente a partir dos anos oitenta, têm sido um mecanismo importante no desenvolvimento e formação de recursos humanos (jovens), sobretudo para os países em vias de desenvolvimento. Assim, de acordo com Pellegrino, um componente importante para a expansão da sociedade, do conhecimento e da inclusão no mundo global de países menos desenvolvido tem sido a internacionalização dos sistemas de educação superior e, de maneira geral, do mundo acadêmico.

A migração de estudantes do nível superior, fruto das políticas de cooperação educacional entre Estados e nações, além de promover o intercâmbio e a "circulação de cérebros", de ciência e tecnologia, geram redes importantes na sociedade de informação e do conhecimento, além de fortalecer relações bi ou multilaterais.

A cooperação constitui, no âmbito dos Estados, um instrumental estratégico de desenvolvimento econômico e social necessário para melhorar o nível de vida das populações em condições similares de desenvolvimento. É também um instrumento de política externa que permite reforçar os laços de amizade e de solidariedade entre os povos e governos.

O pacto social mundial estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Declaração do Milênio, traz, como um de seus objetivos:

Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento onde os países em desenvolvimento comprometem-se a fazer todo o possível para manter políticas econômicas, garantido o seu próprio desenvolvimento e, por essa dimensão os compromissos são estabelecidos de uma forma que caiba aos países desenvolvidos a ajuda no sentido de aliviar suas dívidas e contribuir com melhores intercâmbios (...), principalmente para jovens que representam uma proporção crescente da população (PNUD, 2004, p.36).<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> PELLEGRINO, A. Reflexiones sobre la migración calificada. In: *Las migraciones internacionales en América Latina y Caribe*. Nº 65. Mayo-agosto 2002. Secretaría Permanente del SELA. Disponível em: < <http://www.sela.org/public.htm/AA2K2/esp/cap/n65/cap65-6.htm> > Acesso em: Julho de 2009.

<sup>23</sup> Cf. Documento em versão eletrônica. NACIONES UNIDAS. Objetivos de Desarrollo del Milenio. New York, 2005. Versão originalmente em Espanhol. Disponível em:

Assim, como a responsabilidade de cumprir os objetivos recai sobre os países em desenvolvimento e, principalmente, sobre os mais afetados pela pobreza ou isolamento geográfico, como os do continente africano, por exemplo, estes deverão redobrar os esforços buscando apoio de instituições financeiras internacionais e doadores para trabalharem em parceria na reestruturação de suas nações e na diminuição da pobreza e da fome, bem como na melhoria nos níveis de educação.

O intercâmbio de atividades e projetos, nessa perspectiva, além de ser um instrumento importante de promoção de novas oportunidades de formação e a capacitação de recursos humanos, constitui um esforço de relação entre os espaços globais.

O contexto político das relações exteriores com a África foi mais precisamente enfatizado pelas questões econômicas e ideológicas, havendo a alternância de acordos conforme os interesses dos governos militares brasileiros. Nesse contexto, Penha (1998) argumenta, em sua tese sobre as relações Brasil-África, que, no que se refere à fronteira oriental brasileira, havia uma relação de alternância entre as estratégias permeadas por fronteiras ideológicas – como no caso do governo Castelo Branco que, de acordo com o autor:

(...) possibilitou, á política externa brasileira, tanto se posicionar junto aos países desenvolvidos, quanto aos pertencentes ao Terceiro Mundo – como por fronteiras estratégicas enfatizadas no governo Médici que seria um ponto de inflexão na política de fronteira do Atlântico Sul (Penha, 1998, p.7).

No caso específico de São Tomé e Príncipe, objeto da nossa análise, onde há, efetivamente, carência de instituições públicas e deficiências estruturais para atender a crescente demanda dos jovens para o ensino superior, a cooperação, nesse sentido, é um instrumento importante e necessário de ajuda no desenvolvimento social, capacitação e formação de jovens, representando, também, uma solução de repercussão regional e também global ao integrar, a partir de políticas sócio-educativas de cooperação, espaços e pessoas.

As relações entre o Brasil e a RDSTP foram sempre cordiais, mas pouco densas desde a independência deste último, cujas parcerias externas imediatas se concentraram nos países do leste europeu e Angola. A partir do fim dos anos 70, registraram-se algumas ações e tentativas de cooperação com o Brasil nas áreas da educação, com a concessão de bolsas e vagas para estudantes santomenses em universidades brasileiras.

As relações pouco se aprofundaram até a década de 90, ampliando-se apenas a cooperação educacional, sobretudo na formação de recursos e quadros para a administração do Estado santomense.

O compromisso assumido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a cooperação para o desenvolvimento da África, com prioridade para os países lusófonos, imprimiu novo impulso às relações do Brasil com a RDSTP. Nesse contexto, em 2003 foi celebrado, especificamente, o Protocolo de Intenção sobre Cooperação Educacional.

Essas iniciativas de efeito multiplicador resultam também em melhorias de políticas setoriais, já que as partes se comprometem em desenvolver ações e atividades sobre questões de interesse comum. Através de intercâmbio educacional pretende-se estimular estudos de pesquisas nacionais, regionais e locais, relacionadas às questões previstas no Protocolo.

As relações internacionais estruturadas no âmbito de cooperações bilaterais reforçam as relações e fortalecem vínculos políticos.

### 3.1. O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)

O Brasil, tendo o compromisso pela educação superior como fator essencial da cooperação para o desenvolvimento dos países africanos, tem formado, qualificado e capacitado recursos humanos para que se tornem futuros colaboradores no desenvolvimento social de seus países. Isso se dá no âmbito da política de cooperação com o acesso de estudantes estrangeiros às Instituições de Ensino Superior (IES) nas unidades da Federação, através de Acordo Educativo e Cultural, seja para a formação na graduação ou para a pós-graduação, pelo Programa Estudante - Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é uma atividade de cooperação bilateral, cujo objetivo é formar recursos oriundos de países em desenvolvimento que celebraram acordos educacionais ou culturais para que jovens possam realizar estudos nas universidades brasileiras participantes do Programa de Cooperação Educativa. Esse último teve suas atividades iniciadas desde o final dos anos vinte do século passado, o qual foi administrado exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores, ou Itamaraty, até o ano de 1967.

O PEC-G foi desenvolvido com base na assinatura de Protocolos conjuntos, com prazos indeterminados, entre dois Ministérios: da Educação (MEC) – com participação da Secretaria de Ensino Superior (SESu) para a execução interna do programa, articulada com as



Instituições de Ensino Superior (IES) – e o Ministério das Relações Exteriores (MRE)/Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (DCT) na gerência externa com a participação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

O estudante conveniado deve atender às normas vigentes no Estatuto do Estrangeiro e os objetivos e metas do programa, ou seja, graduar-se, comprometendo-se com o retorno ao seu país de origem, em no máximo três meses após a colação de grau. Esse incentivo, argumentado pelas instâncias bilaterais, permite o atendimento às demandas específicas dos parceiros, conforme dispositivo do manual do candidato<sup>24</sup>.

O PEC-G coopera no sentido de incentivar os estudantes a seguirem ampliando seus níveis educacionais; traz benefício coletivo e individual para que esses jovens estabeleçam vínculos e redes sociais e acadêmicas, além do intercâmbio cultural. Contudo, é também um programa que se limita a um determinado público seletivo. Assim, considera-se, nessa análise, que esses estudantes pertencem à classe de idade exigida como requisito preferencial do Programa na Seção IV – Processo Seletivo no § 3º que diz: “Terão prioridade às vagas oferecidas pelo PEC-G, os candidatos com idade de 18 e 25 anos completos”.

Desse modo, no Protocolo está explícito que não haverá qualquer ajuda das IES, das SESus e do MRE, visto que o estudante-conveniado assina a Declaração de Compromisso, na Embaixada do Brasil, sediada em seu país, de que tem recursos para se manter, além do comprovante de capacidade econômica.

No que se refere à oferta de vagas nos cursos de graduação das IESs em todo o território brasileiro, essas podem condicionar às escolhas pelos espaços geográficos e possibilitando a ocorrência de maior quantidade de estudantes nas universidades, por região ou por outros determinantes que também podem relacionar-se com as redes sociais ou acadêmicas.

---

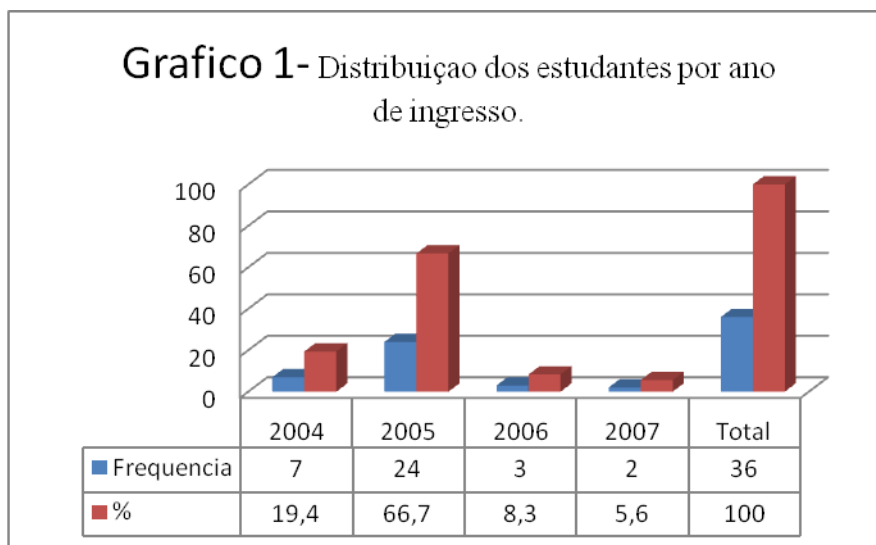
<sup>24</sup> C.f. Protocolo PEC-G. Versão eletrônica disponível em: < <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ProtocoloPECG.htm> > Acesso em Julho de 2009.

#### 4. ESTUDANTES DE STP NO BRASIL: MOTIVAÇÕES PARA O ESTUDO NO EXTERIOR E AS AÇÕES QUE PRETENDEM IMPLEMENTAR

A abordagem sobre a qual este capítulo procura se deter consiste na análise da amostra obtida, com o intuito de conhecer melhor as características do público alvo da entrevista.

Como mencionado na explicação metodológica, foram entrevistados 36 estudantes, sendo 22 de sexo masculino e 14 do sexo feminino. A maioria desses jovens, segundo as informações obtidas, teve o seu ingresso nas universidades brasileiras entre 2004 e 2005. Porém, o maior volume desse processo de inserção nas universidades brasileiras está concentrado no ano de 2005, segundo o demonstrativo do Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição dos estudantes por ano de ingresso.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos com questionário.

Por outro lado verificou-se também, que existe por parte desses jovens estudantes, maior opção pelas áreas Humanas, seguido das Exatas e, por último, a área Biológica. (Tabela 1).

Tabela 1. Frequência dos Estudantes por Área de Conhecimento.

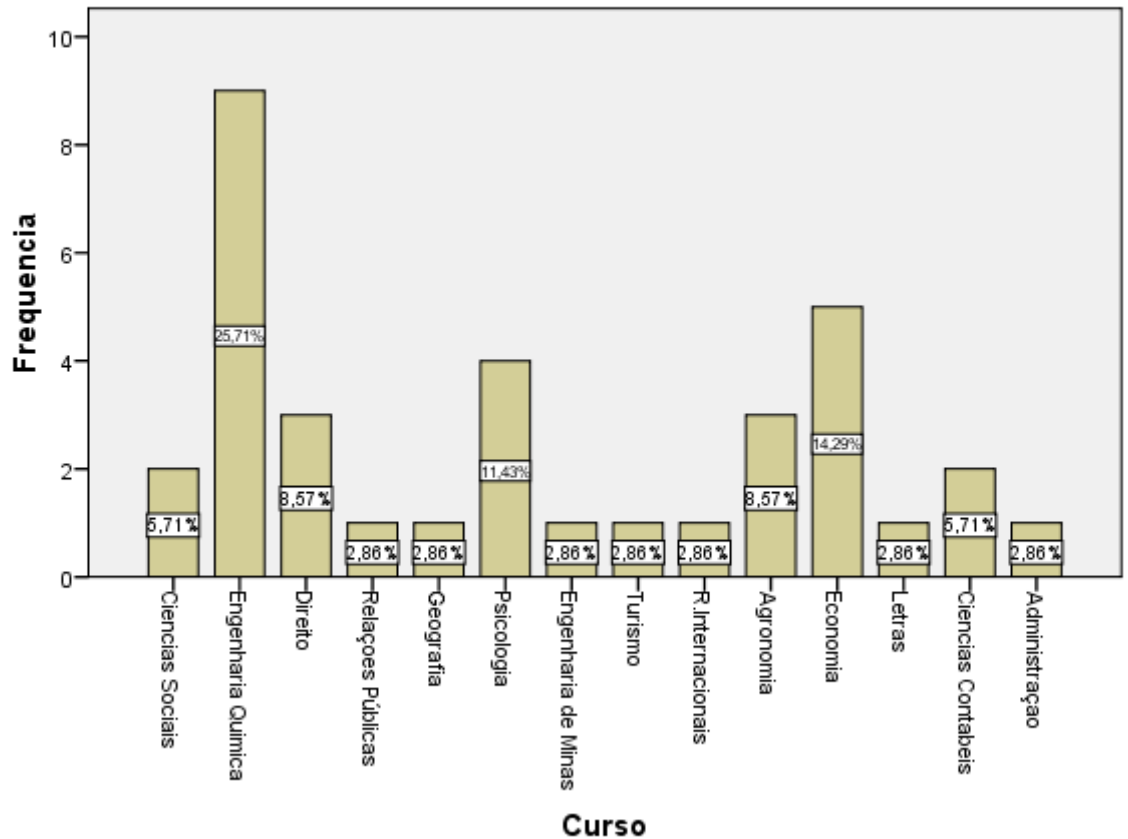
<b>Área de Conhecimento</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Humanas	21	58,3
Biológicas	2	5,6
Exatas	13	36,1
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos com questionário.

Embora, a maior opção desses jovens seja pelas áreas Humanas, constatou-se, na análise, grande preferência dos mesmos pelo curso de Engenharia Química, seguido de Economia e, por último, a Psicologia, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2. Frequência do curso dos estudantes.

**Grafico 2 - Frequencia do curso dos estudantes**



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos com questionário.

Outro aspecto que se considerou relevante nesse primeiro momento de análise sobre a o perfil desses estudantes, diz respeito à configuração socioeconômica da família, observada a partir das variáveis de escolaridade e renda mensal da família.

Constatou-se que a maior parte dos estudantes tem quatro ou mais irmãos<sup>25</sup>. Esse aspecto da famílias dos estudantes terem muitos filhos é resultado dos altos níveis de fecundidade que prevalece na África, onde São Tomé e Príncipe, por sua vez, não foge à regra.

A maior proporção é de pais (pai e mãe) com Ensino Secundário/ Médio Incompleto e Ensino Secundário/Médio Completo; seguido de um percentual menor de Superior Completo;

<sup>25</sup> 80,6% dos entrevistados

e uma minoria com Ensino Primário Completo e Superior Incompleto, como ilustra a Tabela 2.

Tabela 2. Escolaridade de Pai e Mãe dos estudantes entrevistados

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>%</b>
Alfabetizado	0	3	04,2
Ensino Primário Incompleto	0	1	01,4
Ensino Primário Completo	3	7	13,9
Ensino Secundário/ Médio Incompleto	9	7	22,2
Ensino secundário/ Médio Completo	7	8	20,8
Superior Incompleto	5	3	11,1
Superior Completo	8	6	19,4
Mestrado	3	1	05,6
Doutorado	1	0	1,4
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>36</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos com questionário.

Quando analisada a origem da formação escolar desses jovens, foi possível identificar o tipo de escola freqüentada no ensino médio (equivalente ao secundário que é da 7<sup>a</sup> a 11<sup>a</sup> classe em São Tomé e Príncipe). Observou-se que mais da metade dos entrevistados cursaram todo o ensino médio em escola pública (Liceu Nacional). Há também aqueles que cursaram metade na escola pública e metade na escola privada, e uma minoria que cursou todo o ensino médio na escola privada (ISP).

Esse fenômeno pode ser explicado quando se analisa a questão da renda familiar desses jovens estudantes. Nesse contexto, observou-se que grande parte desses jovens não sabe responder quanto à família recebe mensalmente e, dos que sabem sobre a renda familiar, uma maioria respondeu que os familiares possuem uma renda mensal de até \$ 300; um percentual significativo informou a renda familiar sob outras faixas/valores; enquanto que uma minoria declarou a renda familiar de \$ 500 à \$ 800 e acima de \$ 1000, como mostra a Tabela 3.

A dificuldade em responder as questões concernentes à renda mensal da família, esta na razão de que a informalidade passou a ser a tônica dominante da economia, principalmente

no que respeita as redes de abastecimento do mercado interno de bens de consumo e aos aspetos de venda. (PNUD, 1998b, p.39)

Tabela 3. Renda Familiar dos jovens estudantes em dólares

<b>Valor em classe</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Até \$ 300	7	19,4
De \$ 300 à \$ 500	2	5,6
De \$ 500 à \$ 800	3	8,3
Acima de \$ 1000	3	8,3
Outra faixa/ valores	5	13,9
Total	20	55,6
Não sabe responder	16	44,4
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados obtidos com questionário.

Nesse contexto de rendimento familiar, quando se perguntou quantas pessoas contribuem para a obtenção da renda e fazendo uma correlação com o principal responsável pelo sustento da família, se observou que pouco menos da metade disse serem duas pessoas que contribuem. Uma grande parte dos entrevistados também declarou como principal responsável pelo sustento familiar o pai e a mãe. Conjuntamente, outro percentual relevante disse ser apenas uma pessoa que contribui, sendo, nesse caso, o pai.

#### 4.1. Aspetos relevantes quanto à decisão de emigrar

Assim, perante a crença de muitos autores de que a educação permite melhores postos de trabalho e constitui o principal fator de motivação para os jovens continuarem nas escolas, busca-se entender quais são as motivações comportamentais desses jovens e analisar quais os possíveis retornos individuais e sociais dos investimentos na educação que os levaram a se emigrar para dar continuidade aos estudos.

A fraca oferta de formação em relação à grande procura constitui um dos entraves, que contribui para que, grande parte dos jovens santomenses, após o termino do ensino

secundário, aguarde por muito tempo uma bolsa de estudos, de forma a dar continuidade aos seus estudos no exterior (MARTELO, 2005).

Segundo o autor, a difícil situação econômica e social do país, a instabilidade política que resulta na interrupção continuada das ações, a ausência de políticas coerentes, a fraca dotação orçamental e o desequilíbrio entre a capacidade de oferta e a procura de espaços de ensino constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento do sistema de educação em STP.

Assim, constatou-se que o grupo majoritário, dos entrevistados saiu de São Tomé e Príncipe devido à ausência do curso pretendido no país.

*“O que me fez sair de STP, foi a ausência do curso que tanto queria fazer. Eu tinha um sonho mas, a realidade era outra. Havia terminado o 11º ano e não tinha como continuar o 12º ano nem o ensino superior. Quis sair apenas para me formar no curso que tanto sonhei” (INF.36).*

O ISP, a única instituição pública que oferece o ensino a este nível, nomeadamente o grau de bacharelado e licenciatura, com um ensino claramente direcionado para a formação de docentes para o ensino secundário, tem-se caracterizado por uma limitação em termos de oferta de formação, uma vez que as formações disponibilizadas são pouco adaptáveis às reais necessidades do país, e também pelo baixo reconhecimento ao nível social. A Universidade Lusíada, em decorrência das condições de acesso e o preço praticado, não ofereceu alternativas para esses jovens.

*“O ISP, podia ser uma alternativa, mas não oferecia o curso que queria pra mim, e os que lá tinham, não possuía um reconhecimento social. Além do mais, o cara se formasse lá não era muito reconhecido pelo próprio Estado” (INF. 15).*

Assim, verificou-se que, em decorrência da falta de oferta de uma formação de qualidade, muitos desses jovens não iniciaram um curso superior antes de se emigrar, ao ponto que aqueles que, de uma forma ou outra, iniciaram o curso, não o puderam concluir.

Por outro lado, a realização pessoal e o mercado de trabalho são também apontados como os motivos para a saída das ilhas. De acordo com os dados, a taxa de desemprego é bastante elevada em São Tomé e Príncipe, chegando a atingir os 15% (INESTP, 2006), sendo que os jovens são os mais afetados. Essa taxa de desemprego está associada, muitas vezes, com a falta de preparação dos profissionais para assumir as vagas que, embora poucas, são oferecidas na função pública.

Portanto, os entrevistados manifestaram que a aquisição de uma formação e mais conhecimentos contribuem de forma significativa para o desenvolvimento do seu país. Na percepção desses jovens, adquirir uma formação superior poderá auferir em um bom salário, melhores condições de vida no futuro e reconhecimento social.

*“Epa, não se estuda só por estudar. Cada um efetiva alguma coisa. Mas para se ter uma boa colocação no mercado de trabalho hoje, só se formando. E é pra isso que cá estou e efetivo um futuro melhor” (INF.22).*

Constatou-se também, no discurso desses jovens, o quanto o **investimento na educação** constitui o alicerce para futuramente contribuir para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

*“Tenho a concepção de que com a educação poderemos mudar o destino de São Tomé e Príncipe. Mas há necessidades de libertar o sistema educacional da estagnação que se encontra. Hoje eu tenho ajuda do meu Governo para obter essa graduação e com ela, pretendo ajudar no desenvolvimento de meu país” (INF.8).*

Embora se possa observar, no discurso desses jovens, o quanto o investimento na educação constitui um mecanismo importante para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, constatou-se também que, frente aos aspetos motivadores da **escolha de carreira/curso**, razões de ordem pessoal, que por sua vez se caracterizam também como social, estão na base da escolha. Os jovens entrevistados apontam a escolha do curso como sendo aquele que lhes poderia permitir obter mais conhecimentos em uma determinada área, de forma a contribuir na resolução de problemas que afetam São Tomé e Príncipe. Por outro lado, o fato de estarem freqüentando determinados cursos está relacionado com a demanda que o mesmo apresenta no mercado.

Na tentativa de perceber o quanto a escolha, a freqüência dos cursos escolhidos e os benefícios da educação, tanto pessoal como coletivo, e entender os possíveis retornos dos investimentos em educação para esses jovens, percebeu-se que as referências ao benefício pessoal e à aquisição de novos conhecimentos e vantagens no acesso ao mercado de trabalho vigoram entre os discursos dos mesmos. Para esses jovens, os benefícios oferecidos pelo curso estão revertidos em conhecimentos e competências que, por sua vez, têm permitido dar respostas às várias questões do mundo.

*“O mundo é real. Eu vivia aqui e não percebia. Achava que tudo era uma mera aparência. Hoje estudo o mundo em que estou inserido e procuro entender-lo. O meu curso me permite isso, e assim vou sendo guiado” (INF.14).*



*“No futuro, penso que terei regalias financeiras e estabilidade em termo de emprego. Acho que vou ganhar mais e ser bem colocado no mercado de trabalho” (INF.28).*

Essas colocações vêm para reafirmar a idéia defendida por Pochmann (2000)<sup>26</sup> de que a educação é cada vez mais necessária, embora não seja mais suficiente para garantir, ao jovem, uma colocação no mercado de trabalho.

Percebe-se aqui, também, o fato de um grau ou diploma ser um alicerce de ingresso a ocupações de melhor remuneração e algum estatuto social.

Embora haja um forte discurso desses jovens referente à questão de ordem pessoal, foi possível identificar que existe, por parte dos mesmos, certa preocupação de desenvolver ações com base nos conhecimentos adquiridos, com vistas a melhorar a situação do país e dos seus familiares.

*“Como cidadão e conhecendo a realidade que o país enfrenta durante décadas, um dos meus maiores propósitos é de chegar junto às camadas sociais, principalmente a nova geração e unir a essas pessoas buscando alternativas para sanar pequenas dificuldades, mesmo na parceria com o poder público e colocar em prática tudo que aprendi com o meu curso nesses anos de estudo” (INF.5).*

De modo geral, a falta de estrutura educacional capaz de responder às necessidades desses jovens, as razões de ordem pessoal como maiores qualificações, e também a preocupação em contribuir para o desenvolvimento da sociedade santomense estão na base do fenômeno migratório desses jovens, com o objetivo de dar continuidade as suas formações.

Portanto, torna-se necessário que, uma vez adquiridos esses conhecimentos, os mesmos sirvam de ações que possam oferecer mudanças significativas na sociedade, visto que a educação, além de ser um fenômeno capacitador, deve ser o fio condutor das mudanças sociais.

#### 4.2. Percepções sobre São Tomé e Príncipe

Em decorrência da análise feita até o momento, percebemos que os jovens frutos da nossa análise, possuem um conjunto de informações, conhecimentos e visões capazes de contribuir em prol do desenvolvimento da sociedade santomense, procurou-se

---

<sup>26</sup> POCHMANN, Márcio. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual dos jovens e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher, 2000.

neste item do trabalho perceber qual a visão desses jovens sobre a atual situação do país, as estratégias de ação dos mesmos e também os planos e ações para serem desenvolvidas em São Tomé e Príncipe.

Tendo como meio de informação a *internet*, os jovens santomenses no Brasil se afirmam conhecedores da atual situação do arquipélago. Na visão deles, o país vive um momento marcado pela instabilidade política fruto da corrupção e má gestão dos recursos. Os mesmos consideram que a mentalidade dos governantes, está orientada apenas para o seu bem individual em detrimento dos interesses da coletividade, o que tem provocado alterações que comprometem o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Associado a esses fatores, percebeu-se, no discurso desses jovens, uma menção ao mau funcionamento das instituições e a fraca capacidade crítica da população.

*“... gostaria de dizer que o desenvolvimento de um país não pauta apenas na quantidade de recursos, no seu tamanho, no período que conheceu a sua independência, mas sim, da vontade política, no sentido coletivo de fazerem as coisas acontecerem, seja que partido estiver no poder, bem como a participação de toda nação”* (INF.21).

*“Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, que indico é falta de vontade política em prol do bem estar de toda nação, procurando salvaguardar o seu interesse pessoal ou coletivo, onde se encontra seus companheiros da elite”* (INF.33).

Dessa maneira, esses jovens salientam que a estabilidade política seria a principal estratégia para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, uma vez que isso permitiria a continuidade dos programas e ações que, por muito tempo, a instabilidade política não tem permitido, e que geraria o desenvolvimento.

*“Qualquer nação que efetive o desenvolvimento faz-se necessário uma aposta na estabilidade política, e São Tome e Príncipe não pode fugir a regra. A instabilidade pelo que o país tem passado em nada tem ajudado o desenvolvimento. Acredito-me que uma vez alcançada à estabilidade, São Tomé e Príncipe poderá dar um passa rumo aos projetos que se prevê”* (INF.1)

O investimento e a prioridade em certas áreas também constituíram o discurso desses jovens estudantes. Segundo eles, dada a dimensão do país, todas as áreas são necessárias, mas deve se investir mais na educação e na formação de mais jovens, independentemente da sua colocação no mercado de trabalho.

Dessa maneira, esses discursos ajudam a compreender o que os autores abordados no trabalho defendem acerca da questão da educação e/ou a falta da mesma como um obstáculo ao desenvolvimento de qualquer região e, nesse caso específico, de São Tomé e Príncipe.

Assim, perante a consciência de que com os conhecimentos adquiridos e a importância que a educação desempenha no processo de desenvolvimento de uma nação, esses jovens consideram que é importante uma formação e valorização maior aos jovens e as suas ações.

*“A mudança de mentalidade, espírito de trabalho, o princípio de honestidade, associado a união, mudaremos São Tomé e Príncipe. Se criarmos uma associação de jovens independentes buscando e pressionando o governo em prol de uma realidade social, a que eles fingem desconhecer, será diferente” (INF.9).*

Embora se possa ter observado nos discursos desses jovens estudantes certo tom de otimismo, deve-se salientar aqui que em momento algum houve omissão da parte deles sobre a real situação do país..

Esses mecanismos, segundo os entrevistados, devem favorecer aos jovens maiores perspectivas de inserção profissional, bem como maior reconhecimento do seu potencial, de maneira que possam, com maiores motivações, contribuir para o progresso do país.

#### 4.3. Perspectiva para o futuro e ações a serem implementadas em STP.

Esta seção do trabalho traz informações sobre os projetos de vida que os jovens estudantes santomenses têm sobre o futuro e que possam incluir o retorno ao país de origem, adiar o retorno imediato e/ou dar seguimento aos estudos de qualificação na pós-graduação, bem como as ações que visam implementar em STP.

Como citado no decorrer deste trabalho, o PEC-G tem como objetivo formar recursos humanos oriundos de países em desenvolvimento os quais celebraram acordos educacionais ou culturais para que jovens possam realizar estudos nas universidades brasileiras participantes do Programa de Cooperação Educativa. Nesse sentido, o estudante conveniado deve atender às normas vigentes no Estatuto do Estrangeiro e os objetivos e metas do programa, ou seja, estudar e graduar-se, comprometendo-se com o retorno ao seu país de origem, em no máximo três meses após a colação de grau.

Esse incentivo, argumentado pelas instâncias bilaterais, “permite o atendimento às demandas específicas dos governos parceiros”, conforme o dispositivo do manual do candidato.<sup>27</sup>

Nesse contexto, após a densa análise desses jovens, percebeu-se que são jovens possuidores de conhecimentos, visões de mundo diferentes e que possuem, na sua maioria, uma pretensão em voltar a São Tomé e Príncipe após o término das suas respectivas formações e contribuir para o desenvolvimento. Assim, por acreditar que o tempo de formação no Brasil permitiu que os mesmos tenham adquirido um conjunto de *habitus* que, de uma forma ou outra, visam implementar em São Tomé e Príncipe, achou-se por necessário, nesta seção do trabalho, saber, frente a esses estudantes, quais as ações, projetos e idéias que desejam implementar de forma a melhor justificar os conhecimentos adquiridos e, com isso, contribuir no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

De modo geral, constatou-se que os jovens que concordam com a obrigatoriedade de retorno e têm como perspectiva do futuro voltar e trabalhar na sua área de formação possuem ações que, segundo eles, acreditam contribuir para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

*“Concordo plenamente com esta decisão visto que, é uma forma de alunos contribuírem no desenvolvimento do país, senão isso se torna investimento perdido para STP” (INF.34).*

*“Eu acho que a organização nos levará ao desenvolvimento. Ao invés de estarem a “remediar”, se tudo estiver organizado tudo começará a melhorar. Eu estou fazendo um projeto meu aqui sobre a panificação e massa alimentar; fabricação de maçarão e espaguete e acho que iria contribuir um pouco pra o desenvolvimento” (INF.16)*

Percebe-se, aqui, com base nos discursos desses jovens, o quanto eles estão motivados a retornar ao país de origem e criar projetos que permitam a criação de postos de trabalhos, onde possam colocar em prática os conhecimentos adquiridos e, dessa maneira, proporcionar uma mudança de mentalidade e um avanço do sistema econômico. Nesse contexto, vale salientar que, na nova concepção de desenvolvimento, os autores locais e suas experiências são bastante valorizados, visto que é a partir deles que se deve centrar todo o processo em que

---

<sup>27</sup> Manual PEC-G. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CelpeBras/manualpec-g.pdf>  
Acesso em 29 de outubro de 2009.

o resultado seja a tentativa constante de mudança de atitudes e a implementação de estratégias que visem a resolução dos problemas.

Nesta perspectiva, as ações a serem levadas a cabo devem ter como protagonista a própria população, dando lugar a processos democráticos e permitindo o maior benefício do desenvolvimento. Trata-se de um processo que se desenvolve ao longo do tempo, em que os indivíduos participam ativamente e são eles próprios os geradores de idéias e os que as colocam em prática, através do uso das suas capacidades mentais.

Os jovens santomenses aqui em análise, mais do que os outros jovens locais que não tiveram a possibilidade de adquirir mais conhecimentos ao nível acadêmico e mais do que qualquer técnico externo e/ou internacional que têm poucos conhecimentos sobre as realidades locais, encontram-se numa condição privilegiada para desenvolver ações com vistas ao desenvolvimento. São jovens que, além dos conhecimentos adquiridos nas universidades, são também conhecedores do seu meio social, através da herança familiar, histórica e cultural, e através da experiência e experimentação contínua.

É importante salientar que a comunidade internacional também tem tido um papel importante nesse processo, já que são possuidores de um conjunto de conhecimentos, experiências e meios financeiros, recursos e técnicas que, conjugados com os recursos e as potencialidades endógenas, têm facilitado e animado o desenvolvimento dos agentes locais. Segundo o PNUD (2005), a ajuda internacional é uma das armas mais eficazes na guerra contra a pobreza. Daí que a cooperação, o trabalho em parceria, a troca de experiências e a partilha de conhecimentos entre os agentes internos e externos reveste-se de grande importância nesse processo.

Outro aspecto que se considerou importante no discurso desses jovens frente às ações e projetos que visam implementar em São Tomé e Príncipe, é a participação na política. Assim, procurou-se perceber se existem intenções dos mesmos em integrar, no futuro, a carreira política e, em caso positivo, entender as motivações que poderiam estar associadas a essa intenção.

Dessa maneira, percebeu-se que a maioria dos entrevistados<sup>28</sup> não possui menor interesse em ingressar na carreira política por verem-na como um modo fácil e corrupto de viver e em nada contribuir para o bem estar social, enquanto que uma minoria dos mesmos revelou grande interesse em participar da política por considerar-la uma alavanca para se conseguir o pleno desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

---

<sup>28</sup> 85% dos entrevistados.

*“O destino de São Tomé e Príncipe esta no tipo da política que se tem desenvolvido por lá. Eu como jovem, acredito que uma mudança substancial no modo de fazer a política com a renovação dos quadros, novos olhares e novas idéias, garantiremos o desenvolvimento destas ilhas. Quero um dia ser político, e procurar entender o que tem dificultado o desenvolvimento do meu país” (INF,4)*

É importante salientar aqui que, desse número menor dos que revelaram o desejo de seguir uma carreira política, verificou-se que é maior percentual do sexo feminino em relação ao sexo masculino.

Por sua vez, o distanciamento da juventude em relação às instituições, às autoridades políticas e a pouca disposição para participar ativamente das decisões públicas está relacionado ao não suprimento de suas necessidades básicas.

Conseqüentemente, o afastamento dos jovens da esfera política se encaminha para a sua necessidade de incorporar, no cotidiano dessa população, a noção de redes de compromisso cívico, normas de confiança mútua como associativismo e o cooperativismo. Para Putnam (1996), são esses os fatores fundamentais para interação e comunicação entre os atores sociais na produção de melhores formas de resolução dos dilemas da ação coletiva.

Por outro lado, segundo Mouffe (1993)<sup>29</sup>, nesse processo de participação dos jovens na carreira política, uma dupla passagem é necessária: uma que se dá por meio de novas identificações com objetivos coletivamente gerados; e outra que se realiza por meio de engajamento concreto do individuo em ações e movimentos e fluxos dentro da sociedade.

Dessa maneira, a transformação social, enquanto resultado da participação política desses jovens estudantes, só será possível caso eles estejam conscientes de que é importante fazer um aproveitamento da política não direcionada apenas para a própria realização, mas também para a satisfação dos interesses coletivos.

O pensamento dos jovens que alegaram não possuir menor interesse em seguir uma carreira política por causa da corrupção que por lá é praticada vai, de certo modo, de encontro à realidade que os mesmo têm evidenciado, e por considerarem a política santomense um meio que tem impedido o bom desempenho de vários níveis da sociedade.

*“Não se pode chamar aquilo que se pratica em São Tomé e Príncipe de política. Existe lá sim, um interesse pessoal sobreposto ao interesse do povo. O novo país tem se tornado uma das maiores escolas da corrupção a nível global, por se tratar de um país de poucos recursos, e seus governantes com pouco tempo que governam, milagrosamente terminam seu mandato ricos, com empresas, bens tangíveis, muitas vezes ostentadas perante todos” (INF, 18).*

---

<sup>29</sup> MOUFFE, C. *The Return of the Political*. 1993.

De forma minuciosa, pode-se concluir que só a participação política não garante um processo de transformação social traduzido em melhoria de condições de vida das populações. É preciso que haja ações, e que essas ações visem sanar os problemas da sociedade e não apenas a satisfação dos interesses pessoais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jovens que saem de seu país em busca da formação os quais recaiu a análise neste trabalho, não são um grupo homogêneo, nomeadamente do ponto de vista sócio-demográfico, econômico e ideológico, mesmo que movidos por um mesmo objetivo.

Constatou-se neste trabalho que não obstante o setor da educação constituir uma das preocupações dos sucessivos governos, mediante a criação e implementação de reformas educativas, o Sistema de Educação de STP, especificamente o ensino superior tem se mostrado incapaz de oferecer um ensino de qualidade, com vista a atender as altas demandas dos jovens.

Assim, o principal motivo que levou os jovens santomenses, aqui em análise, a se emigrarem foi à intenção de dar continuidade aos estudos e alargar os conhecimentos, dada a fraca oferta de qualidade do ensino superior no país e a grande dificuldade de inserção em termos profissionais após o termino do ensino secundário. Por outro lado, a difícil situação econômica e social do país, a instabilidade política que resulta na interrupção continuada das ações, a ausência de políticas coerentes, a fraca dotação orçamental para a educação, esta também na base do motivo desse processo migratório dos jovens.

A partir do trabalho empírico aqui realizado e a sua posterior análise, foi possível concluir que existe grande preocupação desses jovens com a realização pessoal e, estar preparado para o mercado de trabalho, uma vez que o não preparo profissional, tem constituído um dos obstáculos para a não obtenção por parte dos jovens das vagas, que embora poucas, são oferecidas na função pública e, também para o elevado índice de desemprego entre os jovens.

A prossecução dos estudos para estes jovens é encarada, por um lado, e principalmente como um meio de atingir certos objetivos e sonhos, que passa muito pela possibilidade de provavelmente adquirem um bom emprego e, conseqüentemente, maior oportunidade de progressão na carreira, ter melhores condições de vida no futuro e gozar de certo reconhecimento social.

Estes jovens santomenses no Brasil, diferente de muitos que não tiveram a oportunidade de usufruir com uma bolsa de estudo, constituem os denominados “Geração esperança”, o qual a sociedade santomense depositar a sua confiança. Para esses jovens, a



afirmação da estabilidade político-governativa, um melhor aproveitamento de recursos humanos e investimentos prioritário em certas áreas, constituem uma das estratégias de desenvolvimento de STP.

Conclui-se também que a maioria dos jovens entrevistados concorda com a obrigatoriedade estabelecida pelo PEC-G, concernente ao retorno ao país de origem após a formação. Assim, desses que concordam e pensam em regressar, têm intenções de dedicarem a uma atividade de âmbito social, quer através do associativismo, quer através do empreendedorismo, que possibilite a partilha de conhecimentos, atuarem de forma responsável para uma mudança de mentalidades e transformação social.

Por outro lado, os que de certa maneira discordam com essa obrigatoriedade de retorno ao país logo após o termino do curso, alegam que pretendem ingressar no mestrado logo após a conclusão da graduação, e que não escondem a vontade de um dia no futuro regressarem a STP, e colocar em pratica os conhecimentos adquiridos.

A intenção desses jovens de seguir a carreira política tem por base a vontade de participar de forma ativa nos assuntos sociais e contribuir de maneira possível para o desenvolvimento do país. Porém muitos não acreditam que possa existir e praticar política em STP. E os que de certa maneira pretendem ferozmente seguir por esta área , alegam motivo puramente instrumental, nomeadamente o fato de esta ser uma forma fácil de ganhar dinheiro.

De modo geral, conclui-se aqui neste trabalho que, torna-se necessário a criação em STP de um sistema de ensino superior de qualidade capaz de dar respostas as solicitações dos jovens. Por outro lado foi possível, com análise feita das entrevistas, que se pode avaliar a relação dos jovens com a educação e projetos futuros, partindo de duas dimensões: a predisposição para a ação e o objetivo da ação.

Na predisposição para a ação os jovens podem optar por uma atitude de passividade ou de ação, colocando em pratica os conhecimentos acumulados através do processo de educação; enquanto que quando optam pelo objetivo da ação, estes jovens podem desenvolver atos com o objetivo de satisfazer os seus interesses pessoais (individualismo) ou de introduzir mudanças na sociedade( responsabilidade social).

Assim, vale salientar que a educação é, na era da informação e do conhecimento, uma chave para o sucesso econômico, tanto individual como coletivo.

Para o indivíduo, a escola representa, cada vez mais, um espaço onde se encontra o seu sucesso/realização futuros. Para a sociedade, os níveis de escolarização/qualificação dos jovens representam um fator decisivo de expansão econômica e de enriquecimento humano e social. Com efeito, numa economia que emerge baseada em capacidades de gerar, de processar e de aplicar, de forma eficiente, o conhecimento baseado em informação (M. CASTELLS, 1996), as necessidades das sociedades em recursos humanos passam também pelas qualificações/habilitações dos cidadãos.

## REFERÊNCIAS

- ALBARELLO, L. et al.. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva, 1995.
- ALEGRE, F. C. *Santomensidade*. São Tomé e Príncipe: UNEAS, 2005. Coleção Ossobó.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. Setenta, 1979.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. P.112-121.
- CANÁRIO, Rui. *Educação de Adultos – um campo e uma problemática*, Lisboa, Enefa, 2000.
- CARDOSO, M. M. *Educação/Formação/Investigação em São Tomé e Príncipe – Será uma aposta do país no caminho do desenvolvimento?* Lisboa, 2004. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/mariaManuelaCardoso.pdf> > Acesso em: Setembro de 2009. 13p.
- CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. UK: Blackwell publishers, 1996.
- DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. *Migração Internacional com fim de estudo: o caso dos Africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três Universidades públicas do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais- Rio de Janeiro, 2006.
- GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- INESTP. *São Tomé e Príncipe em Números – 2006*. Direção de Estatísticas, República Democrática de São Tomé e Príncipe, 2006.
- MAROY, Ch. A análise qualitativa de entrevistas. In: ALBARELLO, L. et al. *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1995.

MARTELO, António. *A Cooperação Portugal/São Tomé e Príncipe na área da educação e ensino (1975-2005)*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: ISCTE, 1995.

MOUFFE, C. *The Return of the Political*, 1993.

PELLEGRINO, A. Reflexiones sobre la migración calificada. In: *Las migraciones internacionales en América Latina y Caribe*. Nº 65. Mayo-agosto 2002. Secretaría Permanente del SELA. Disponível em: <  
<http://www.sela.org/public.htm/AA2K2/esp/cap/n65/cap65-6.htm> > Acesso em: Julho de 2009.

PENHA, E. A. *O Atlântico Sul e as Dimensões da “Fronteira Oriental” brasileira > a política africana dos governos militares*. In: *Relações Brasil- África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. UFRJ. 1998

PNUD. *Rapport Du Développement Human*, São Tomé e Príncipe. Egia: 1998b.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*. Queluz: Mensagem, 2005.

POCHMANN, Márcio. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual dos jovens e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher, 2000.

PUTMAN, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. O que é ser jovem?, *Revista Tempo e Presença*. n. 240, CEDI, 1989, pp.4-5.

ROSENMAYR, Léopold. A Situação socioeconômica da Juventude hoje. In: BRITTO Sulamita de. *Sociologia da Juventude I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp.133-76.

RUQUOY, D. Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In: ALBARELLO, L. et al *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SCHULTZ, Theodore (1971). *Investment in Human Capital. The Role of Education and of Research*. The Free Press, A Division of The Macmillan Company, 1971

SILVA, Benedicto. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.p.1422.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência III*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

WEISHEIMER, Nilson. *A Situação Juvenil na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese de Doutorado. UFRGS. 2009.

## ANEXOS

### Anexo A. Questionário de abordagem quantitativa

Esta pesquisa é parte integrante da elaboração do Trabalho de conclusão de curso de **Mayker Ramos Barreto**, aluno PEC-C do curso de **Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**.

**Objetivos:** Levantar informações sobre o grupo de estudantes-convênio de São Tomé e Príncipe nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, vinculadas ao PEC-G.

#### **Considerações Gerais:**

Por ser uma pesquisa declaratória, sua participação como respondente é muito importante para que os resultados sejam de boa qualidade.

Procure responder a esta pesquisa de forma individual, conscienciosa e independente. A veracidade das suas respostas é fundamental.

### **I - IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

#### **1-Sexo**

1- Masculino (  )                      2—Feminino (  )

**2-Idade**                      [ \_\_\_\_\_ ]

#### **3-Qual o seu Estado Civil?**

1-(  ) Solteiro

4 (  ) Viúvo

2 (  ) Casado

5 (  ) Outro: Especifique. \_\_\_\_\_ ]

3 (  ) Separado Legalmente

#### **4- Qual o local de nascimento?**

País [ \_\_\_\_\_ ]

Província[ \_\_\_\_\_ ]

#### **5-Estudante Convênio**

(  ) PEC-G

(  ) PEC-PG

**6- Qual o tipo de ensino superior no momento?**

( ) Pública. [ Nome: \_\_\_\_\_ ]

( ) Privada. [ Nome: \_\_\_\_\_ ]

**7- Qual o ano de ingresso?**

( ) 2004                      ( ) 2007

( ) 2005                      ( ) 2008

( ) 2006                      ( ) 2009

**8- Qual a área e o seu curso?**

( ) Humanas    Curso: [ \_\_\_\_\_ ]

( ) Biológicas

( ) Exatas

**II - INFORMAÇÕES GERAIS****9- Quantos irmãos você tem?**

( ) Nenhum    ( ) Três

( ) Um    ( ) Quatro ou mais

( ) Dois

**10- Alguém mais da sua família se emigrou a fim de estudar no exterior? [SE Sim, MULTIPLA ESCOLHA]**

1 ( ) Sim    4 Quando? [ \_\_\_\_\_ (ano) ]

2 ( ) Não

3 Quantas saíram? [ \_\_\_\_\_ ]                      5 Para onde? [ \_\_\_\_\_ (País) ]

**11- Qual o grau de escolaridade do seu pai?**

1 ( ) Sem escolaridade

2 ( ) Alfabetizado

3 ( ) Ensino Primário Incompleto( 1ª a 4ª classe)

- 4 ( ) Ensino Primário Completo ( 1ª a 4ª classe)
- 5 ( ) Ensino Secundário/Médio Incompleto ( 5ª a 11ª classe)
- 6 ( ) Ensino Secundário/Médio completo ( 5ª a 11ª classe)
- 7 ( ) Superior Incompleto
- 8 ( ) Superior Completo
- 9 ( ) Mestrado
- 10 ( ) Doutorado
- 11 ( ) Outro [Especifique: \_\_\_\_\_]

**12- Qual o grau de escolaridade da sua mãe?**

- 1 ( ) Sem escolaridade
- 2 ( ) Alfabetizado
- 3 ( ) Ensino Primário Incompleto( 1ª a 4ª classe)
- 4 ( ) Ensino Primário Completo ( 1ª a 4ª classe)
- 5 ( ) Ensino Secundário/Médio Incompleto ( 5ª a 11ª classe)
- 6 ( ) Ensino Secundário/Médio completo ( 5ª a 11ª classe)
- 7 ( ) Superior Incompleto
- 8 ( ) Superior Completo
- 9 ( ) Mestrado
- 10 ( ) Doutorado
- 11 ( ) Outro [Especifique: \_\_\_\_\_]

**13- Em que tipo de escola você cursou o ensino secundário/Médio (5ª a 11ª classe)?**

- 1 ( ) Todo em escola Pública
- 2 ( ) Todo em escola Privada
- 3 ( ) A maior parte na escola Pública
- 4 ( ) A maior parte na escola Privada
- 5 ( ) Metade na escola Pública e metade na escola Privada
- 6 ( ) Outros. [ Especifique: \_\_\_\_\_]





## Anexo B. Guia da entrevista- abordagem qualitativa

### **1-Motivações para Emigrar**

- a) Quais os fatores internos contribuíram para a sua saída de STP?
- b) Quais as razões que te levaram a frequentar este curso?
- c) Que mudanças, estão associadas ao fato de estares a frequentar este curso?

### **2-Representações sobre STP?**

- a) Tu te manténs informado sobre os acontecimentos em STP?
- b) Quais são na tua visão os obstáculos que têm impossibilitado o desenvolvimento de STP?
- c) Quais os tipos de estratégias consideras relevante para serem adotadas para o desenvolvimento de STP?

### **3-Perspectivas sobre o Futuro**

- a) Qual a tua visão concernente a obrigatoriedade de retorno ao país após a formação?
- b) Tu pretendes voltar a STP?
- c) O que pretendes fazer quando regressares a STP com a formação concluída?
- d) Pretendes ingressar na política? Com que objetivo?

